Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel

11

Arlie Hochschild

Uma via de mão dupla, e que se alarga permanentemente, conecta as nações pobres do Hemisfério Sul às nações ricas do Hemisfério Norte, e os países mais pobres do Leste Europeu àqueles mais ricos do Oeste. Uma babá filipina ruma para o norte para tomar conta de uma criança norte-americana. Uma cingalesa cuida de um idoso em Cingapura. Uma auxiliar de enfermagem ucraniana carrega bandejas de refeição em um hospital sueco. Tomando outra direção, um idoso canadense migra para uma casa de repouso no México. Um casal britânico com problemas de fertilidade viaja à Índia para receber tratamento de fertilidade e lá contratar uma mulher como "barriga de aluguel". Em ambos os casos, a figura arquetípica, para Marx, do trabalhador, homem, duradouramente ligado à manufatura, foi substituída por um novo ícone: a trabalhadora, mulher, móvel, mas duradouramente ligada aos serviços.[1]

Apoiada em pesquisas realizadas por Rhacel Parreñas (2001, 2003, 2005), Sambasivan Uma Devi (2003; ISAKSEN et al., 2008) e outras, bem como em minhas próprias entrevistas com babás filipinas e mães de aluguel indianas, deixo de lado a "frente da cena" do livre mercado global – com seus elegantes homens de negócio, portando pastas e fechando contratos em hotéis de luxo –, para me colocar em "bastidores" mais recônditos. Neles encontramos a trabalhadora migrante. Cada vez mais, sua atividade deixa de ser a

[1] Este artigo se baseia em uma exposição oral intitulada "Trânsito global, serviço feminino e vida emocional: o caso das babás e mães de aluguel", realizada em 23 de abril de 2009 em um seminário sobre relações transnacionais de *care*, promovido pela Universidade de Frankfurt, em Frankfurt, Alemanha. [Nota das organizadoras: a versão aqui publicada é uma tradução de "Back stage of the global free market: nannies and surrogates", publicado no livro *Care und migration*, Frankfurt: Verlag Barbara Budrich, 2010, organizado por Ursula Apitzsch e Marianne Schmidbaur. Agradecemos a Ursula Apitzsch, da Universidade de Frankfurt, e à responsável editorial, Barbara Budrich, pela autorização para a tradução e pela cessão de direitos autorais para a presente republicação do artigo em português].

tarefa física de construir estradas ou erguer edifícios, para se tornar o trabalho emocional de cuidar de pessoas. Uma parte desse trabalho emocional é enfrentar as dilacerantes rupturas na sua relação com a própria família e consigo mesma. Essa face oculta dessa trabalhadora emocional reflete os enormes custos da vida em um mercado totalmente livre. Muita gente, no Primeiro Mundo, teme a "jamanta avassaladora" de um governo orwelliano superpoderoso. O que eles não temem, e deveriam, é outra jamanta, vindo da direção oposta – um mundo de puro mercado, sem absolutamente nenhum suporte ou regulação por parte de qualquer governo.

Até pouco tempo atrás, os pesquisadores concentraram-se nos fluxos migratórios, reduzindo-os a uma questão de dinheiro e de trabalho, enquanto os estudiosos da conciliação entre trabalho e família focalizaram populações do Primeiro Mundo, onde a vida emocional é uma questão mais visível. Mas a vida emocional para as trabalhadoras migrantes é tão real quanto para qualquer outra pessoa – e, na maior parte dos casos, mais dilacerante. O mesmo vale para as mulheres do Terceiro Mundo cujos serviços são buscados por clientes que viajam até elas.

Praticamente ninguém discorda de que trabalhadores podem ganhar mais dinheiro se migrarem em direção a ocupações mais bem remuneradas. No caso das empregadas domésticas do Sri Lanka, estudadas por Michele Gamburd (2000) e Grete Brochmann (1993), trabalhadoras migrantes fazem remessas de dinheiro, desesperadamente aguardadas pelos seus, para cobrir-lhes necessidades básicas de alimentação e de moradia. No caso das babás filipinas de classe média e baixa classe média, estudadas por Rhacel Parreñas (2001, 2003, 2005), seus rendimentos davam conta, mais frequentemente, das mensalidades escolares dos filhos, de melhorias no domicílio ou de recursos para contratar uma babá residente. Muita gente se beneficia da renda dos migrantes – filhos, cônjuges, pais, algumas vezes a igreja local. Governos do Terceiro Mundo também ganham com a entrada de moeda forte. Efetivamente, o governo filipino tem longa tradição de recrutar, treinar e apoiar trabalhadoras migrantes, de modo a taxar seus rendimentos. Por outro lado, os empregadores do Primeiro Mundo acolhem com satisfação as migrantes que chegam para oferecer serviços muito demandados. Todas essas partes estão de acordo quanto aos benefícios da migração feminina e discutem abertamente a decisão de migrar como a expressão de uma estratégia familiar, de uma política governamental e, nos últimos 30 anos, de uma norma cultural nacional.

Há, porém, um aspecto – e um custo – emocional para tudo isso, que muitas vezes se perde de vista, em meio a todas as considerações a respeito de dinheiro e de tarefas. Focalizarei, aqui, esse lado emocional, para sugerir que a ideologia da globalização hoje dominante – a ideologia da "livre escolha" em um "mercado livre" – diz respeito antes à vida daqueles que estão na frente da cena da globalização do que à de quem está nos bastidores desta. A expressão "livre escolha" traz consigo etiquetas de preço – emocional – muito diversas.

1 Parentalidade e migração

Ao longo do último século, os estudos de migração foram dominados pelo paradigma de um trabalhador migrante do sexo masculino. E não sem razão. Embora os homens fossem a metade dos 200 milhões de migrantes do mundo (3% da população mundial), eles constituíram, historicamente, a maioria dos que migraram em busca de trabalho remunerado. Já a maioria dos que migraram com o fito de voltar a reunir a família, era de mulheres. Hoje, todavia, uma proporção crescente das mulheres que migram o fazem para encontrar trabalho remunerado.

Muitos trabalhadores migrantes, homens, do Terceiro Mundo padeceram intensamente com a pobreza e o trabalho mal remunerado que obtiveram como resultado dos seus esforços por escapar da pobreza em suas localidades de origem. Pense-se, a respeito, em um migrante turco varrendo as ruas de Amsterdã, ou em um jardineiro mexicano aparando as sebes no quintal de uma casa de subúrbio na Califórnia. Boa parte da literatura sobre homens migrantes, trabalhando no campo ou em fábricas, concentrou-se no seu papel econômico – uma vez que isso se coadunaria tanto com o seu papel de provedores, quanto de seres humanos. Os custos emocionais de seu trabalho foram geralmente desconsiderados. No sistema de migração laboral da África do Sul sob o *apartheid*, por exemplo, muitos homens trabalhavam em minas de carvão, ouro e diamantes durante onze meses consecutivos, longe de suas casas, para as quais era-lhes permitido voltar por apenas um mês ao ano. Conforme um sábio mineiro declarou ao economista sul-africano Francis Wilson, "*aquilo de que sinto mais falta é de ter os meus filhos me fazendo crescer*".[2] Ainda assim, seu papel central em casa era o de provedor.

Ao longo dos últimos 40 anos, uma proporção cada vez maior dos trabalhadores migrantes passou a ser composta por mulheres, cuja identidade ainda mais solidamente assentada do que a dos homens, é a criação dos filhos. As mulheres migrantes de hoje viajam, mais frequentemente, quando estão no final da casa dos 20 anos, na dos 30 ou na dos 40, deixando suas crianças aos cuidados de avós, tias, pais, babás ou outras pessoas. Pesquisas como as de Parreñas (2001, 2003, 2055), Uma Devi (ISAKSEN et al., 2008), D. Cox (1990) ou Yen Le Espiritu (2003) indicam que, na comparação com os pais migrantes, as mães deixam para trás crianças ainda muito intensamente ligadas a elas. Isso gera custos emocionais diversos.

Sem cair no "maternalismo" (a premissa de que somente as mães podem cuidar de seus filhos), sem impingir ideais culturais do Hemisfério Norte às famílias do Sul e sem querer passar a impressão errônea de que nos opomos à migração, convém dar início a uma linha de investigação sobre os custos emocionais do trabalho que toca a essas mulheres assumir. Geralmente, suas crianças ficam aos cuidados de mulheres da família, maridos, outras babás, colégios internos. Algumas vezes, são deixadas em orfanatos, como mostra o comovente documentário de Nilita Vachani (1996), intitulado "*Quando a mamãe*

[2] Informação colhida em contato pessoal.

vem passar o Natal em casa", sobre uma mulher divorciada do Sri Lanka, mãe de três filhos, que trabalhava como babá na Grécia. Considerando-se que uma a cada quatro crianças filipinas tem pelo menos um dos seus pais trabalhando no exterior, esse problema está longe de ser de pequena monta.

Ainda assim, em parte porque os laços entre mãe e filho não são problematizados – na verdade, são tornados invisíveis –, enquanto um aspecto da vida familiar e comunitária da migrante, e em parte porque problemas familiares são encarados como questões delicadas e íntimas, até recentemente essa temática permanecia nos bastidores desse assunto de bastidores.

2 Vicky e Maricel: babás migrantes

Eis, então, Vicky Diaz, uma mulher de 34 anos, mãe de cinco filhos, uma migrante que trabalha como babá. Nas Filipinas, ela foi professora de escola, com formação superior, e agente de viagens, antes de migrar para os Estados Unidos para trabalhar junto a uma família rica de Beverly Hills como governanta e babá de um menino de dois anos de idade. Como Vicky narrou a Parreñas:

> [Meus filhos] ficaram tristes com a minha partida. Até agora eles tentam me convencer a voltar para casa. As crianças não ficaram com raiva quando eu viajei, porque eles ainda eram muito pequenos quando eu os deixei. Meu marido também não podia ficar bravo, porque ele sabia que era o único jeito que eu tinha para ajudá-lo de verdade a criar nossos filhos, para que eles pudessem ir para a escola (PARREÑAS, 2001, p. 87).

Vicky (o pseudônimo que lhe dá Parreñas) está seguindo "livremente" uma estratégia econômica. Em certo sentido, ela está "compensando" pessoalmente a inexistência de um bom sistema escolar público nas Filipinas. Num sentido mais amplo, ela, por meio de sua migração, está "compensando" a falta de atuação de instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, tanto quanto do governo das Filipinas. Em uma escala diminuta, sua "livre escolha" em um mercado livre equaliza a riqueza do mundo, na ausência de mecanismos nacionais e globais que o façam.

O que é paradoxal é que Vicky também contribui, inadvertidamente, para elevar uma *desigualdade emocional* global. Ela priva seus próprios cinco filhos do cuidado materno diário e acrescenta uma segunda camada de cuidado amoroso a uma criança norte-americana. Como Vicky observou:

> Mesmo ganhando bem, você se vê afundar na quantidade de trabalho que tem para fazer. Mesmo enquanto você está passando roupa, eles podem chamar para que você lave pratos na cozinha. Isso... (é) também muito deprimente. A única coisa que você pode fazer é dar todo o seu amor para [a criança norte-americana de dois anos de idade]. Na ausência dos

> meus filhos, o máximo que eu poderia fazer na minha situação é dar todo o meu amor a essa criança (PARREÑAS, 2001, p. 87).

Enquanto a criança norte-americana desfruta diariamente de um adulto a mais a cuidar dela, os filhos de Vicky crescem com um a menos. Uma certa mãe retornou às Filipinas após um longo período somente para descobrir que seus filhos crescidos ainda lhe pediam para ser pegos no colo, como se o tempo tivesse estancado no momento em que a mãe partira.

Nas minhas próprias entrevistas com babás estrangeiras residentes em Redwood City, San Jose e em San Francisco, na Califórnia, apareceram histórias semelhantes. Uma babá, Maricel Kowalski, descreveu assim o ato de deixar seus filhos:

> Você não pode imaginar... Enquanto eu embarcava no avião, eu dizia para mim mesma: *não olhe para trás*. Simplesmente *vá*. Eu não chorei enquanto eu não entrei no avião. Foi como morrer. Minha filha estava com dez anos. Eu disse para mim mesma: "um ano de sacrifício e eu volto, ou eles vêm para cá".

Um ano mais tarde, Maricel regressou para as Filipinas. No aeroporto, ela encontrou e abraçou seu filho. Seus olhos, no entanto, passaram sem ver a jovenzinha que, contida, esperava ser notada. "Minha filha estava esperando que eu a abraçasse, mas *eu não a reconheci*; ela se tornara adulta!"

Ana, uma babá tailandesa que tinha trabalhado por 15 anos em San Jose, na Califórnia, estava casada em segundas núpcias com um norte-americano. Ela descreveu em detalhes as personalidades de cada um dos três filhos que teve com seu segundo marido; fotos deles encontravam-se expostas com evidência na sua mesinha de centro. Quando lhe perguntei se ela tinha outros filhos, falou-me de um menino que ela tinha tido, do primeiro casamento, e que fora forçada a deixar com a mãe dela e com o ex-marido, o pai da criança. Ana relatou:

> É complicado. Meu filho do primeiro casamento... Eu o deixei com a minha mãe, quando vim para cá. E meu marido queria seu filho com ele, no vilarejo. Ele não teria me deixado trazer o menino. Mesmo no hospital, a minha mãe é que ficou como guardiã legal. Quando eu voltei na Tailândia, o meu filho estava com oito anos. Eu nunca deveria ter voltado. Porque aí o meu filho quis vir comigo. Eu tentei acertar as coisas para trazê-lo, mas como eu não era a guardiã legal, eu não podia. Meu filho *esperou* e *esperou*. Mas depois que ele soube que não poderia vir, ele teve um acidente de moto. Ele morreu (chora).

Em um amplo *survey* realizado em 1998 com 709 crianças filipinas cursando o Ensino Fundamental – média de idade de 11 anos –, Graziano Battistella e Cecilia Conaco (1998) compararam as crianças que tinham os dois pais presentes, só o pai ausente, só a mãe ausente e ambos ausentes. A maior parte das crianças "mostra um entendimento da razão principal pela qual os pais foram para o estrangeiro, ou seja, a melhoria das condições

econômicas da família e o incremento da educação delas próprias", segundo os autores (p. 231). Mas as crianças também vivenciam a migração com um "sentimento de solidão e tristeza". Os alunos que viviam com ambos os pais tinham notas mais altas e uma colocação mais alta na turma do que aqueles que tinham tanto o pai quanto a mãe fora. (Isso ocorria a despeito de os filhos de pais emigrados estarem financeiramente em melhor condição.) Além disso, as crianças que viviam sem qualquer um dos pais ou apenas sem a mãe referiram com maior frequência sentimentos de tristeza, raiva, confusão e apatia do que aquelas cujo pai, apenas, havia migrado.

Em um dos poucos estudos em profundidade sobre o que ela chama de "criar filhos de longe (*parenting from afar*)", Leah Schmalzbauer (2004) estudou 157 hondurenhos, entre os quais 34 cuidadores migrantes, vivendo em Chelsea, Massachusetts, e os filhos, pais e outras pessoas que eles haviam deixado em Honduras.

Tanto os pais quanto as mães migrantes, conforme ela constatou, manifestavam preocupação em saber se seus filhos realmente compreendiam que seus pais estavam se sacrificando por eles – e não os abandonando. Ela também assinalou que "dissensos no interior de famílias transnacionais são comuns" (SCHMALZBAUER, 2004, p. 28).

Infelizmente, na ausência das mães, os maridos das esposas migrantes não tomaram a si, com pleno engajamento, os cuidados básicos de seus filhos. Rhacel Parreñas (2005) comparou as crianças filhas de migrantes filipinos do sexo masculino (geralmente criadas pela mãe) e filhas de migrantes mulheres (criadas pelo pai, avós, tias e outros). Na ausência das mães, os pais raramente assumiram a responsabilidade. Quando Parreñas pediu às crianças que dissessem quem elas queriam que as vestisse, de manhã, "o pai" ficou bem atrás, na lista de opções, das avós, tias e outros. Na verdade, muitos desses pais iniciaram relacionamentos com outras mulheres e estabeleceram novas famílias em outras localidades (PARREÑAS, 2005). As mães migrantes tentavam se manter em contato com seus filhos por meio de cartas, *e-mail* e Skype. Mostravam-se melhor aquelas crianças cujas mães explicavam continuamente sua partida como um sacrifício pela família. Mas quando Parreñas perguntou aos filhos das mães migrantes se eles, quando crescessem, migrariam para ganhar dinheiro no exterior, praticamente todas as crianças responderam "não".

Em outro estudo sobre crianças deixadas por mães migrantes, Sambasivan Uma Devi entrevistou 20 mulheres migrantes oriundas do Estado de Kerala, na Índia, que se encontravam trabalhando no Golfo Pérsico, bem como uma centena de filhos acima de cinco anos, maridos, avós (maternos e paternos) e outros parentes, com os quais as crianças viviam, na cidade de Trivandrum, em Kerala (ISAKSEN et al., 2008). As mães visitavam seus filhos menores, em média, a cada dois anos, durante um mês.

Isso de modo algum corresponde ao ideal familiar de infância de Kerala – e da Índia –, que envolve crescer em uma família gregária – os pais mais velhos, seus filhos, as esposas desses filhos e suas crianças. A bem da verdade, muitos habitantes de Kerala vivem hoje em famílias menores, nucleares, como observa Uma Devi, e, em uma a cada dez delas, um dos genitores migrou para o exterior (ISAKSEN et al., 2008). Esse costumava ser o caso do pai, mas, com o aumento dos empregos em serviços no estrangeiro, a pessoa

a ausentar-se é, cada vez mais frequentemente, a mãe. Do mesmo modo, persiste o ideal da mãe que fica em casa e cria seus filhos em casa, mesmo com o aumento da migração feminina. Leela, filha de uma enfermeira que trabalhava nos Emirados Árabes Unidos, vivia com o pai e o irmão em Kerala e disse a Uma Devi:

> Eu não posso ir para casa sequer nos fins de semana (deixando o colégio interno em que estudava), porque meu pai está sozinho em casa, e, conforme a tradição, eu não devo ir e viver com ele, estando ele sozinho... Você sabe que não dá para conversar sobre tudo com seu pai. Eu espero a ligação da minha mãe toda sexta-feira, mas do telefone do albergue. Além disso, eu não posso falar livremente com ela, porque a enfermeira da escola (uma freira) está sempre em volta... Meu pai é muito fechado, ele ficou mais fechado agora, e é muito conservador... Se eu faço qualquer coisa menos convencional ele costuma culpar a minha mãe pelo jeito que ela me educou, então eu tento ser muito cuidadosa para evitar que minha mãe ouça reclamações. Isso é um peso, que eu não teria se ela estivesse aqui (ISAKSEN et al., 2008).

Diversas enfermeiras trabalhavam para hospitais no Golfo Pérsico que tinham políticas restritivas de licença para suas trabalhadoras grávidas. Esses hospitais em que trabalhavam as migrantes geralmente concediam às suas empregadas, quando do nascimento dos seus filhos, somente 40 dias de licença pós-parto. Desse modo, as mães voariam de volta, do Golfo para Kerala, para dar à luz seus bebês, permanecer por 40 dias e então retornar, no quadragésimo-primeiro dia, para trabalhar no Golfo. A partir disso, para muitas delas, tardaria um ano ou mais para que revissem seu bebê.

Falando, possivelmente, por muitos filhos de mães migrantes, Priya, uma universitária de Kerala, filha de uma enfermeira radicada nos Emirados Árabes Unidos, disse a Uma Devi:

> Eu quero que a senhora escreva sobre o custo humano para pessoas como nós, que ficam separadas ano após ano. Eu estou morando aqui neste albergue, e minhas aulas são interessantes, mas eu não posso falar com a minha mãe. Eu não posso contar as coisas pra ela. Eu não posso ver o rosto dela. Eu não posso abraçá-la. Eu não posso ajudá-la. A minha mãe também sente falta de mim. Em algum momento, ela vai se aposentar, mas quantos anos eu vou ter quando isso acontecer? (ISAKSEN et al., 2008).

A angústia das mães migrantes e de seus filhos é parte dos bastidores invisíveis do livre mercado global. Imaginamos, muitas vezes, as terríveis dores da migração como um sacrifício individual temporário, que vai desembocar em uma mudança estrutural mais ampla na economia do Terceiro Mundo. Infelizmente, porém, não é esse o caso. As remessas de dinheiro que os migrantes fazem para casa, ao redor do mundo, de acordo com Dilip Ratha et al. (2008), do Banco Mundial, reduzem a pobreza, mas não promovem o desenvolvimento econômico. Na verdade, tende a se criar uma nova dependência dessas remessas, que se autoperpetua (RATHA et al., 2008; DEPARLE, 2008). Essa cultura de

dependência de remessas, junto com as restrições legais à concessão de cidadania no Primeiro Mundo, assegura a continuidade da separação global entre mães e seus filhos.

3 Geeta e Saroj: mães de aluguel

Paralelamente ao movimento de mulheres migrantes entre o Terceiro e o Primeiro Mundo, há um fluxo menos observado de clientes que partem do Primeiro Mundo em busca de diversos tipos de cuidadoras no Terceiro Mundo. Aposentados do Norte, por exemplo, estabelecem-se às vezes por longas temporadas no sul, para utilizar serviços mais baratos de *care* em climas mais ensolarados. Frente aos cortes nas aposentadorias, um norte-americano de 65 anos, cujos filhos de meia-idade tenham empregos de tempo integral e morem longe dele, pode viver (por um terço do custo, segundo os dados recentes do MetLife) em um condomínio residencial com assistência [à autonomia] no México (ILIFF, 2008). Efetivamente, 1,2 milhão de norte-americanos e canadenses aposentados vivem hoje no México. Um homem japonês divorciado ou sem filhos pode se aposentar e se instalar na Tailândia. Uma pessoa idosa de poucos recursos pode deixar a França pela Tunísia, ou alguém da Noruega optar pela Espanha, para serem cuidados por mulheres do Terceiro Mundo, as quais – em contraste com Vicky e Maricel – permanecem onde estão.

Os clientes do Norte também fazem viagens curtas, no chamado "turismo médico", para o Sul. Aqui podemos visualizar o norte-americano de classe média, sem plano de saúde, voando para o México para fazer um recapeamento dos dentes. Uma mulher canadense viaja ao Brasil para uma cirurgia plástica estética pela metade do preço. Um europeu ocidental pode optar pela Ucrânia, pela Tailândia ou pela Índia para se submeter a um tratamento mais barato.

A Índia tem atraído um número crescente de europeus que procuram tratamento médico. Publicidades descrevem aquele país como um "médico global", oferecendo competência de Primeiro Mundo com preços de Terceiro Mundo, baixo tempo de espera, privacidade e – mais importante, quando se trata de barriga de aluguel – a ausência de entraves burocráticos. Em vários hospitais e consultórios indianos, pode-se recapear um dente, substituir um joelho, ajustar uma válvula cardíaca. Além dos tratamentos médicos ou dentários propriamente ditos, muitos estabelecimentos oferecem cuidados "pré" e "pós", que podem ter certa duração. Na Índia, o turismo médico alcançou tal posição que só perde para a tecnologia de Internet como fonte de receitas para o país.

Parte crescente do turismo médico são os centros especializados em reprodução – e, particularmente, a venda de óvulos e esperma e o aluguel de ventres. Para conhecer mais sobre a prática da mãe de aluguel, visitei a Clínica de Infertilidade Akanksha, na cidade de Anand, em Gujarat, na Índia, que abriga aquela que deve ser a maior coleção de mães de aluguel do mundo – mulheres que alugam seus ventres para a incubação de óvulos fecundados de clientes do mundo inteiro. Desde 2004, quando a Clínica

começou a oferecer os serviços de barriga de aluguel, ela já supervisionou o nascimento de mais de 232 bebês.

A Akanksha está longe de ser a única clínica a atuar nessa atividade. Desde 2002, quando a prática da barriga de aluguel foi declarada legal na Índia, mais de 350 clínicas de Tecnologia de Reprodução Assistida (TRA) abriram suas portas. Esse é hoje um setor em franco crescimento dentro da indústria do turismo médico, a qual, estima-se, deverá contribuir com dois bilhões de dólares para o Produto Interno Bruto da Índia, em 2012.

Para encorajar esse lucrativo filão, o governo indiano dá isenções fiscais aos hospitais que tratam pacientes estrangeiros e reduz as taxas de importação de suprimentos médicos. Em certo sentido, a mãe de aluguel – um negócio de 445 milhões de dólares por ano, na Índia – é tratada como uma forma de desenvolvimento econômico. Todavia, da mesma forma que as remessas de dinheiro feitas pelos migrantes, a receita proveniente da mãe de aluguel alivia a pobreza das mulheres que oferecem seus ventres, mas não resulta, no agregado, em formas de desenvolvimento econômico independentes dessa prática.

Os ocidentais habituaram-se à ideia de uma trabalhadora migrante tomando conta de uma criança do Primeiro mundo, e mesmo com a ideia de tomar um voo para o exterior em busca de uma cirurgia. Atualmente, entretanto, um ocidental de renda mediana pode, legalmente, ir a uma clínica indiana para comprar um óvulo, um frasco de esperma, e contratar uma barriga de aluguel para gestar o bebê. Normalmente, implanta-se na mulher contratada o ovo fertilizado pelo casal cliente. Se a esposa não está em condições de produzir o óvulo, pode-se comprar um e fecundá-lo com o esperma do marido. Mas tecnicamente tudo – óvulo, esperma e útero – pode ser comprado ou alugado na Índia, ou – como o documentário "Google Baby" mostra – em outras partes do mundo.

Da forma como a carismática diretora da clínica, Dra. Nayna Patel, vê a questão, um cliente e um fornecedor estabelecem uma transação mutuamente benéfica.[3] Um casal sem filhos ganha um filho. Uma mulher pobre recebe dinheiro. "Que problema poderia haver nisso?." Se for considerada apenas a boca de cena do livre mercado global, a Dra. Patel tem um argumento bastante sólido. Mesmo nos bastidores do livre mercado, a história é complexa. O que está faltando, entretanto, é qualquer compreensão sobre a experiência das mulheres do Terceiro Mundo contratadas como mães de aluguel.

Isso porque, da mesma forma que a babá, uma mãe de aluguel realiza um "trabalho emocional" para eliminar sentimentos que poderiam interferir na execução do trabalho dela – inclusive sentimentos de vínculo com os bebês que elas carregam. Em janeiro de 2009, eu segui o Dr. Harsha Bhadarka, um afável embriologista da Clínica de Infertilidade de Akanksha, em Anand, até um escritório no segundo andar, para conversar com duas mães de aluguel, que chamarei aqui de Geeta e Saroj. Essa clínica é considerada aquela com o maior número de mães de aluguel em todo o mundo. (Aditya Ghosh, jornalista do *Hindustan Times*, felizmente, estava comigo, nessa visita.) As duas mulheres entraram na

[3] Informação colhida em contato pessoal.

sala balançando timidamente suas cabeças em sinal de assentimento. Ambas viviam no segundo andar da clínica, mas a maioria das 24 residentes ocupava um dos dois albergues, durante suas gestações. Essas mulheres recebiam, em bandejas de lata, refeições projetadas por nutricionistas; tomavam injeções de ferro (uma deficiência comum); eram supervisionadas longe da intromissão das famílias dos maridos, de filhos mais velhos e dos maridos solitários, que elas eram proibidas de visitar em casa e com os quais não era permitido manter relações sexuais, durante nove meses.

Geeta, uma bela garota de olhos verdes e pele clara, com 22 anos de idade, é mãe de três filhas, uma das quais está sentada em seu colo, quieta e com o olhar atento. Para ser aceita como mãe de aluguel, a Clínica Akanksha exige que a mulher seja saudável, casada e mãe. Conforme declarou um médico, "se ela tiver um filho dela, será menos tentada a se ligar ao bebê".

> "Como você decidiu se tornar uma mãe de aluguel?," perguntei.
>
> "Foi ideia do meu marido", respondeu Geeta.
>
> "Ele faz *pav bhaji* [um prato à base de vegetais] durante o dia e vende à noite [em uma lanchonete de rua]. Quem lhe falou sobre mãe de aluguel foi um cliente dele, muçulmano como nós. Esse homem disse para o meu marido: 'é uma coisa boa para se fazer', e então eu vim até a madame [a Dra. Patel] e me ofereci para tentar. Não conseguimos viver com o que o meu marido ganha e não tínhamos qualquer esperança de dar educação às nossas filhas".

Geeta, como habitualmente ocorria com outras mães de aluguel com quem conversei, teve apenas um breve encontro com os pais biológicos que lhe pagavam. "Eles são de longe. Não sei de onde", ela diz, sobre os pais do bebê que ela carrega no ventre. "Eles são caucasianos, de maneira que o bebê vai nascer branco."

Com relação ao bebê, "eu evito me apegar muito", ela diz. "Sempre que eu começo a pensar no nenê dentro de mim, eu dirijo a minha atenção para a minha própria filha. Olha ela aí." Geeta sacode a criança que está em seu colo. "Assim eu dou conta."

Sentada perto de Geeta encontra-se Saroj, uma mulher escura e corpulenta, com olhos intensos e curiosos, bem como, depois de alguns instantes, um sorriso solto. Da mesma forma que outras mães de aluguel hindus na Clínica Akanksha, ela usa *sindoor* (um pó vermelho aplicado junto ao repartido dos cabelos) e *mangalsutra* (um colar com um pingente de ouro), ambos símbolos do casamento. Ela é, segundo nos conta, mãe de três filhos e mulher de um vendedor que comercializa hortigranjeiros na rua. Como mãe de aluguel, ela deu à luz uma criança há um ano e três meses; no momento, aguarda para confirmar se uma segunda implantação foi bem-sucedida. Os pais genéticos são de Bangalore, na Índia. (Estima-se que a metade dos clientes procurando barrigas de aluguel nas clínicas de TRA da Índia seja de indianos, e a outra metade, de estrangeiros. Dos estrangeiros, metade são norte-americanos.) Saroj também não sabe praticamente nada sobre seus clientes. "Eles vieram, me viram e foram embora", ela diz.

Dado o salário de seu marido, 1.260 rupias (ou 25 dólares) por mês, Saroj recorreu ao trabalho como mãe de aluguel para conseguir se mudar de um casebre com chão de terra batida para uma casa protegida da chuva, e para alimentar melhor sua família. Além disso, ela enfrentou o dilema de todas as mães de aluguel do meio rural: ser objeto de suspeita de adultério – o que redunda em banimento ou coisa pior. Eu perguntei a essas mulheres se o dinheiro que elas ganharam elevara a sua posição social. Pela primeira vez, as duas riram alto e falaram vivamente uma com a outra. "Meu sogro morreu, e minha sogra não mora conosco, e no início eu escondi dela", declara Saroj.

Mas quando descobriu, ela disse que se sentia abençoada por ter uma nora como eu, porque eu trazia mais dinheiro para a família do que o seu filho podia trazer. Mas algumas amigas me perguntaram porque eu me botava numa situação como essa. Eu disse para elas: "é minha própria escolha".

Greta e Saroj escolheram "livremente" se tornar mães de aluguel. Mas em que contexto? Seus povoados refletiam a impressionante negligência do governo – escolas caindo aos pedaços, hospitais decrépitos – e ofereciam muito poucos empregos bem remunerados. Dadas essas circunstâncias, o trabalho mais lucrativo na cidade para mulheres sem escolaridade era o de mãe de aluguel.

Na Clínica Akanksha, a diretora, Dra. Patel, organizou o trabalho de mãe de aluguel de um modo muito semelhante ao que ela teria usado para organizar uma fábrica de roupas ou de sapatos. Ela buscou, orgulhosamente, elevar os estoques, garantir a qualidade e aprimorar a eficiência. No caso, isso se traduziu em metas de produção de um maior número de bebês, no monitoramento da dieta e dos contatos sexuais das mães de aluguel e em assegurar que a troca de bebês por dinheiro fosse tranquila e livre de emoções. (Para cada rupia que vai para a mãe de aluguel, três vão para a clínica, segundo estimativas de observadores.) No albergue da Akanksha, as mulheres dormem em camas de armar, nove por quarto, durante nove meses. Seus filhos pequenos dormem com elas; aos filhos maiores não é permitido permanecer no albergue, embora eles possam fazer visitas. As mulheres praticam exercícios dentro do albergue, do qual saem raramente e apenas mediante autorização. A Dra. Patel também aconselha as mães de aluguel a limitar seus contatos com os clientes. Permanecer distanciadas dos pais biológicos, ela declara, ajuda essas mulheres a abrir mão de seus bebês e a prosseguir voltadas às suas vidas – e, às vezes, à próxima gestação de aluguel. Esse ideal da gravidez despersonalizada ecoa perturbadoramente o distópico romance que Aldous Huxley lançou em 1932, *O admirável mundo novo*, no qual os bebês são produzidos em massa, sem qualquer emoção, no Centro de Incubação de Londres Central.

Na Índia, a comercialização da atividade da mãe de aluguel é legal, mas não regulamentada, embora um ato legal regulatório de 135 páginas esteja há muito tempo em preparação para ser submetido ao Parlamento. Mesmo que essa lei seja aprovada, muitos acham que ela vai ter pouco efeito no sentido de melhorar a vida de mulheres como Geeta e Saroj. O anteprojeto especifica que o médico, não a mulher, tem o direito a decidir, por exemplo, sobre a "redução fetal" (aborto). Em nenhuma circunstância a mãe de aluguel

pode decidir, já que, legalmente falando, o bebê não é "dela". Além disso, boa parte das leis federais indianas é considerada "consultiva" para governos estatais poderosos. Os tribunais – onde poderia ser posto em xeque o insucesso em fazer cumprir essas leis – estão com anos ou, não raro, décadas de trabalho atrasado. O anteprojeto como está não contempla o que deve fazer uma mãe de aluguel caso os pais contratantes não paguem, ou, mais importante do que qualquer outra coisa, se eles resolverem que não querem o bebê que, ao fim e ao cabo, ela teve.

Mesmo que a lei protegesse as mães de aluguel em situações como essas, e ainda que se fizesse cumprir efetivamente essa lei, quantas dessas mulheres poderiam ler os contratos que elas assinavam? A maioria das mães de aluguel tem sete anos de escolarização em língua guzerate, e os contratos são escritos em inglês. Algumas mães de aluguel analfabetas assinam seus contratos com a impressão do polegar. Considerada a sua pobreza, qual delas pode bancar a contratação de um advogado? Mesmo passando no Parlamento indiano, a lei nada poderia fazer no sentido de enfrentar a aguda pobreza que força as indianas da Akanksha a "escolherem" a função de mães de aluguel, antes de qualquer outra.[4]

Ainda que a atividade da mãe de aluguel fosse regulada tomando em conta os interesses das mulheres que fazem esse trabalho, elas são vulneráveis a algo mais, inerente ao sistema de livre mercado global vigente – "uma corrida para baixo". As mães de aluguel da Índia cobram menos do que as norte-americanas em uma razão de um para dez. Mas as tailandesas podem fazer por menos do que as indianas. As cambojanas podem fazer por menos do que as tailandesas. Laos pode fazer por menos do que o Camboja. O Sri Lanka pode cobrar menos que Laos. Cada país pode cobrar mais barato que o anterior, rebaixando preços e reduzindo a proteção legal às mães de aluguel ao longo do caminho. Se a "corrida para baixo", como William Greider a denomina em seu *Onde world ready or not*, pode se aplicar à competição global por fatias dos mercados de carros, computadores e sapatos, ela poderia valer para a competição global por gestações de aluguel baratas.[5]

Qualquer que seja a vulnerabilidade da mãe de aluguel diante de forças estruturais que estão fora dela, ela se defronta ainda com a tarefa mais delicada e básica, interna a si mesma: desapegar-se do bebê que carrega.

[4] Para N. B. Sarojini, diretora do Sama Resource Group for Women and Health, sediado em Nova Delhi, um instituto feminista de pesquisa sem fins lucrativos, trata-se de um problema de prioridades distorcidas. "*As clínicas de TRA estão se colocando como a resposta a uma ilusória 'crise' de infertilidade*", declara. "*Duas décadas atrás, um casal poderia se considerar 'estéril' após cinco anos de tentativas de gerar um filho. Isso baixou para quatro anos. Hoje, os casais correm para uma clínica de fertilidade depois de um ano ou dois. Por que não dirigir o holofote cultural para as alternativas? Por que não incentivar mulheres sem filhos a adotar órfãos? E o que há de errado, afinal de contas, em permanecer sem filhos?*" (Ver HOCHSCHILD, 2009).

[5] No presente momento, a prática internacional da atividade da mãe de aluguel é uma confusa colcha de retalhos legal. Ela é proibida na China e em boa parte da Europa, mas é legal e remunerada em Israel. Ela é legal na Nova Zelândia, mas proibida na Austrália. Na França, não se pode contratar ou atuar como mãe de aluguel comercialmente, mas é permitido utilizar o serviço de estrangeiras e trazer os bebês para o país após o nascimento. Apenas 17 Estados nos Estados Unidos legislaram a respeito, incluindo-se entre eles a Califórnia, que permite a atividade da mãe de aluguel, e Nova Iorque, que proíbe.

A Dra. Patel instrui as mães de aluguel a pensar em seus ventres como "portadores", e nelas próprias como babás pré-natais. Ela as convida a imaginarem seus ventres como separados delas mesmas. Mas o ventre não está separado do resto do corpo de uma mulher grávida. Mesmo que o ventre e a própria pessoa, em um estado de gestação, pudessem ser mentalmente dissociados, a mãe de aluguel sente a presença do bebê em muitas áreas do seu corpo, além do útero – seu sistema digestivo, seus tornozelos, seus quadris, seus seios, para não falar de suas fantasias e sonhos – , algumas das quais podem estar focadas na conexão com a criança enquanto outras estão no dinheiro e na fuga.[6]

As mães de aluguel com quem conversei, todavia, não falaram como se estivessem naturalmente desapegadas dos bebês que carregavam, mas como quem *tenta* se desapegar deles. Elas disseram coisas como "eu tento não pensar sobre a criança". Ou: "cada vez que começo a pensar no bebê na minha barriga, eu me concentro no meu *próprio* filho". Ou: "Se eu pego uma joia na mão, eu não cobiço que ela seja minha". Ou: "Eu penso no meu ventre como um carregador". Ou: "Eu tenho três filhos, eu não preciso de mais um." E: "Quando as crianças crescem, muitas se mostram desleais com seus pais. Elas não ajudam você."

Tanto as babás como as mães de aluguel fazem trabalho emocional. As babás fazem trabalho emocional para lidar com o luto, a depressão, a angústia de se separarem de seus próprios filhos, mesmo sentindo a necessidade e o desejo de se vincularem positivamente às crianças do Primeiro Mundo de que elas cuidam. As mães de aluguel fazem o trabalho emocional de se dissociarem do bebê que elas carregam e da parte do corpo delas que carrega o bebê de quem elas devem se separar. Poderíamos descrevê-lo como um trabalho emocional de estranhamento.

4 A primeira jamanta (que) podemos imaginar e a segunda, (que) não podemos

Maricel escolheu "livremente" deixar seus filhos para trás; Geeta e Saroj escolheram "livremente" renunciar aos bebês que deram à luz. Dadas suas circunstâncias, essas escolhas fizeram muito sentido para elas, como teria ocorrido com muitas pessoas nas mesmas condições. Mas essas escolhas não foram, de modo algum, fáceis ou livres. Ainda assim, nossa cultura do livre mercado nos pede que passemos por cima das restritivas *circunstâncias* de Maricel, Geeta e Saroj para enxergarmos suas *escolhas* livres em um mundo idealizado de transações de mercado de tipo "ganha-ganha".

Na imaginação do livre mercado, o objeto de temor e apreensão é o governo "Big Brother". Romances como *1984*, de George Orwell, com seu "Ministério da Verdade", ou *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, em que livros são queimados à maneira dos nazistas,

[6] Os psicólogos constataram, inclusive, que o coração dos bebês, no útero, reage batendo mais forte à voz de suas mães.

fornecem uma imagem de coerção, intromissão e controle exacerbado sobre o que se pensa e o que se diz. O *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, de 1932, traz a figura do Centro de Incubação e Condicionamento de Londres, no qual os bebês são projetados por cientistas eugenistas que trajam uniformes brancos. O perturbador romance de Margaret Atwood, *The handmaid's tale*, descreve um Estado cristão, de direita, que subdivide as mulheres entre Servas, que procriam; Marthas, que cuidam da casa; e Esposas, que são esposas. Nesses pesadelos, os governos coagem, imiscuem-se e controlam o indivíduo. Eles enfraquecem a família e a comunidade e tomam o lugar delas. Eles roubam o nosso mais alto ideal – a "livre escolha individual".

Mas as histórias de Maricel, Geeta e Saroj sugerem outro pesadelo. Nesse, não há coerção física. Ninguém induz. Nenhuma polícia, nenhum carcereiro, nenhum governo "Big Brother" controla o indivíduo. Em verdade, as trocas no livre mercado transcorrem sem praticamente nenhuma regulação governamental. Ao invés de policiais invadindo a casa de alguém no meio da noite, há o sentimento de que ninguém acorrerá para ajudar quem quer que seja em um momento de necessidade. O indivíduo não é forçado a se ajustar a regras rígidas, mas está livre para violar normas locais – como faz a trabalhadora migrante ao abandonar seus filhos, ou a mãe de aluguel ao gestar um filho alheio em troca de dinheiro. Encontramo-nos cara a cara com o livre mercado global.

Somos chamados a nos interrogar se a imagem de um mercado totalmente livre não nos põe diante do pesadelo de um mundo vazio, um mundo de pessoas sem qualquer apoio que vão realizando escolhas aparentemente "livres". É como se tivéssemos sido culturalmente condicionados a olhar para uma jamanta que vem pela esquerda, enquanto outra jamanta vem se aproximando de nós pela direita. Mas essa segunda jamanta é mais difícil de ver. Ela toma antes a forma de uma ausência do que de uma presença. Seu foco é mais voltado para ganhos no curto prazo do que no longo prazo, e mais para o ganho do que para a perda. Ela é mais ambígua, moralmente. Ela opera no interior da vontade individual e não sobre ela. Isso porque, neste caso, governos negligentes, que pouco ou nada oferecem, conduzem sob circunstâncias horrendas as escolhas que os indivíduos "fazem livremente", no Terceiro e no Primeiro Mundo. Nessa distopia, ocorre o que o sociólogo alemão Kai-Olaf Maiwald chama de uma "tragédia estrutural". E ela acaba sendo aceita como uma simples questão de "como as coisas são". Na ausência de uma visão alternativa positiva de um desenvolvimento sustentável para o mundo, resta a Maricel, Geeta e Saroj dizer que elas trabalham da forma como trabalham por uma "livre escolha". Uma vez postas diante de uma visão alternativa de desenvolvimento, de um governo motivado e capacitado, de um Fundo Monetário Internacional progressista, é bem provável que é isto que elas escolheriam livremente.

Tradução: *Guilherme Xavier Sobrinho*

Referên

ATWOOD, Mar
BATTISTELLA, behind: a study in *Southeast Asi*
BRADBURY, R
BROCHMANN Westview Pres
COX, D. Chil *lenge for world-*
DEPARLE, Ja
DEVI, Uma S. *tist* 52(3), p. 4
EHRENREIC *workers in the*
ESPIRITU, Ye ley/Los Angel
FRANK, Zipp
GAMBURD, *maids*. Ithaca:
GREIDER, W Schuster, 199
HOCHSCHIL
HUXLEY, Alc
ILIFF, Lauren family-style T
ISAKSEN, Li blem of capit
METLIFE MA and assisted l
NAVYAR, De
_______. Cro *issues and insti*
ORWELL, Ge

Referências

ATWOOD, Margaret. *The handmaid's tale.* New York: Anchor Books, 1998.

BATTISTELLA, Graziano; CONACO, Cecilia. The impact of labour migration on the children left behind: a study of elementary school children in the Philippines. In: SOJURN: *Journal of Social Issues in Southeast Asia* 13(2), p. 220-241.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451.* New York: Del Rey Publishers, 2004.

BROCHMANN, Grete. *Middle East Avenue*: female migration from Sri Lanka to the Gulf. Boulder: Westview Press, 1993.

COX, D. Children of migrant workers: a family relationship issue. *Children and migration: a new challenge for world-wide social services.* Hong Kong: International Social Service, 1990.

DEPARLE, Jason. Work Banker and his cash return home. *New York Times*, 17 Mar. 2008, p. 20.

DEVI, Uma S. The Global Care Crisis: A Matter of Capital or Commons? *American Behavioral Scientist* 52(3), p. 405-425, 2008. (With Lise Isaksen and Arlie Hochschild.)

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Ed.). *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy.* New York: Metropolitan Books Henry Holt, 2003.

ESPIRITU, Yen Le. *Homebound: Filipino American lives across cultures, communities and countries.* Berkeley/Los Angeles: University of California Press.

FRANK, Zippi Brand. *Google Baby.* Films Transit International, 2009.

GAMBURD, Michele Ruth. *The kitchen spoon's handle: transnationalism and Sri Lanka's migrant housemaids.* Ithaca: Cornell University Press, 2000.

GREIDER, William. *One world, ready or not: the manic logic of global capitalism.* New York: Simon & Schuster, 1997.

HOCHSCHILD, Arlie R. Childbirth at the global crossroads. *American Prospect*, p. 25-28, Oct. 2009.

HUXLEY, Aldous. *Brave new world.* London: Chatto & Windus, 1932

ILIFF, Laurence. U.S. seniors find they can get more – for less: retirees enjoy low-cost amenities, family-style TLC in growing market. *The Dallas Morning News*, Dallas, TX, 16 Nov. 2008, p. 1A.

ISAKSEN, Lise; SAMBASIVAN Uma Devi; HOCHSCHILD, Arlie R. The global care crisis: a problem of capital, care chain or commons? *American Behavioral Scientist* 52(3), p. 405-25, 2008.

METLIFE MATURE MARKET INSTITUTE. *Mature market news press release*: survey of nursing home and assisted living costs. Metropolitan Life Insurance Company, 2008.

NAVYAR, Deepak. *Migration, remittances and capital flows.* Delhi: Oxford University Press, 1994.

______. Cross-border movements of people. In: NAYYAR, Deepak (Ed.). *Governing globalization: issues and institutions.* Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 144-176.

ORWELL, George. *Nineteen eighty-four.* London: Secker and Warberg, 1949.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. *Servants of globalization: women, migration, and domestic work*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

_______. The care crisis in the Philippines: children and transnational families in the new global economy. In: EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Global woman*: nannies, maids and sex workers in the new economy. New York: Metropolitan Books Henry Holt, 2003. p. 39-55.

_______. *Children of global migration: transnational families and gendered woes*. Palo Alto: Stanford University Press, 2005.

RATHA, Dilip; ZHIMEI Xu; WORLD BANK. Development Prospects. *Migration and remittances factbook 2008*. Washington: World Bank, 2008.

SCHMALZBAUER, Leah. Searching for wages and mothering from afar: the case of Honduran transnational families. *Journal of Marriage and Family* 66, p. 1317-1331, 2004.

UMA DEVI, S.; INDIAN ECONOMIC ASSOCIATION (Ed.). *Economics and Ethics*. Delhi: Deep & Deep, 2003.

VACHANI, Nilita; VANGELIS Kalambakas, Ross Daly, Zweites Deutsches Fernsehen, Helleniko Kentro Kinematographou, and FilmSixteen. *When mother comes home for Christmas*. New York, NY: Distributed by Nilita Vachani, 1996.